

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.237 - RJ (2019/0279501-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO
S/A
ADVOGADOS : JOÃO ALBERTO ROMEIRO - RJ084487
BRUNO CALFAT - RJ105258
AGRAVADO : ANDRESSA SILVA DE SOUSA
AGRAVADO : EDVALDO SOARES DE SOUSA - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : HUDSON SILVA DE SOUSA
ADVOGADOS : ARILDO DE OLIVEIRA SILVA - RJ064906
NÉLIO JOSÉ BARQUET - RJ030485
MARINA DOS REIS BATISTA - RJ149337
ANA CAROLINA AFFONSO POMPEU BRÁZ - RJ223070

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude de ausência de negativa de prestação jurisdicional e da incidência da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 111/116).

O recurso especial foi interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 36):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ATROPELAMENTO EM LINHA FÉRREA. VÍTIMA FATAL. DECISÃO QUE DEFERIU A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DIREITO DO CONSUMIDOR. PRESENÇA DOS REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 6º, INC. VIII, DO CDC. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DOS ORA AGRAVADOS OU SUA HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA. FACILITAÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR E GARANTIA DO EQUILÍBRIO DA RELAÇÃO DE CONSUMO FRENTE À VULNERABILIDADE DESTE ÚLTIMO. VERACIDADE QUANTO AO ATROPELAMENTO FATAL CAUSADO POR COMPOSIÇÃO DA ORA AGRAVANTE, NOS TERMOS NARRADOS NA INICIAL DA AÇÃO INDENIZATÓRIA, QUE EXSURGE DA DINÂMICA DO FATO CONSIGNADA NO REGISTRO DE OCORRÊNCIA LAVRADO EM SEDE POLICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA DOS ORA AGRAVADOS QUE SE ENCONTRAM EM NÍTIDA POSIÇÃO DE INFERIORIDADE EM RELAÇÃO À ORA AGRAVANTE QUE, POR EXEMPLO, REÚNE MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSO A DOCUMENTOS E DADOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DA LINHA FÉRREA EM QUE O ATROPELAMENTO EM QUESTÃO OCORREU, BEM COMO OUTROS DADOS TÉCNICOS QUE IMPORTEM AO DESLINDE DA DEMANDA. PRECEDENTES DESTE E. TJERJ. SÚMULA Nº 227 DESTE E. TJERJ. DECISÃO MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 72/74).

Nas razões do especial (e-STJ fls. 82/93), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante alega ofensa aos arts. 373, 1.022, II, do CPC/2015 e 62, VIII, do CDC.

Sustenta para tanto que o aresto recorrido (e-STJ fl. 87):

[...] deixou de se manifestar sobre os fundamentos que profligam a caracterização de uma relação consumerista e submetem a postulação indenizatória por lesão sofrida, não por passageiro, mas por quem atravessa a via férrea caminhando, aos dispositivos legais atinentes à responsabilidade por ilícito civil.

Dessa omissão, resulta outra, consistente no enfrentamento das circunstâncias que fazem inverossímeis as alegações do recorrido, notadamente: (a) a inexistência de uma testemunha ocular do suposto acidente; e (b) que o local onde a vítima foi localizada situa-se a aproximadamente 200 metros de distância da estação de Inhoaíba, que conta com infraestrutura para a travessia de pedestres.

Quanto ao tema de fundo, aduziu que (e-STJ fl. 91):

16. Como visto, o pedido de inversão do ônus da prova foi deferido sem que fossem preenchidos os requisitos estipulados em lei, quais sejam, a verossimilhança das alegações, a hipossuficiência dos recorridos e/ou a sua impossibilidade ou excessiva dificuldade de produzir as provas do fato constitutivo do seu direito, o que é de rigor, a teor do disposto nos arts. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor e art. 373, do Código de Processo Civil [...]

18. Ao assim decidir, o v. acórdão recorrido não levou em consideração a ausência de verossimilhança exaustivamente demonstrada nos autos.

19. Além disso, sob o prisma da hipossuficiência, o v. acórdão recorrido deixou de considerar que exigir da recorrente a comprovação de que a Sra. RACHEL MARIA teria sofrido lesões por causas diversas que não um suposto atropelamento por trem constitui prova negativa e diabólica, o que a jurisprudência desse e. Superior Tribunal de Justiça repele (REsp 823.122/DF, Rel. p/ Acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, j. 14/11/2007, DJ 18/2/2008; RESP nº 493881/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, j. 18/11/2003, DJ 15/12/2003).

20. Por tais fundamentos, é inequívoca a violação aos arts. 373 do CPC e art. 6º, VIII, do CDC, razão pela qual o provimento deste recurso é impositivo.

No agravo (e-STJ fls. 130/138), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A contraminuta foi apresentada (e-STJ fls. 141/144).

É o relatório.

Decido.

Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

O Tribunal *a quo*, quando do julgamento do agravo de instrumento, manifestou-se da seguinte forma: (e-STJ fl. 38):

Ressalta-se que, para a equiparação de vítimas de evento danoso à qualidade de consumidor, basta que a pessoa natural, ainda que não participe diretamente da relação de consumo, tenha sido atingida em sua integridade física ou psíquica em virtude de um acidente do serviço, ou seja, aquele que ocorre durante a atividade habitual e contínua do fornecedor.

Adotando a teoria do risco do empreendimento, o legislador entendeu que aqueles que sofrem prejuízos em decorrência de práticas empresariais dos fornecedores de produtos e serviços também devem desfrutar dos direitos especiais garantidos aos consumidores, estabelecendo-se, dessa forma, entre vítima e ofensor, uma relação de consumo regida pela Lei nº 8.078/90.

Dessa forma, verifica-se que a matéria controvertida foi devidamente enfrentada e fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, o Tribunal de origem não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade.

Logo, quanto à alegada afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, não assiste razão à parte recorrente. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE

Documento: 103741863

Página 2 de 4

INSTRUMENTO NA ORIGEM - EMBARGOS À EXECUÇÃO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU EM PARTE DO RECLAMO E, NESSA EXTENSÃO, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO APENAS PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO/MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões ou contradições, portanto, inexistente a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta, como ocorre na hipótese.

Precedentes.

2. [...]

2.1. [...]

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.671.536/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 4/10/2018, DJe 17/10/2018.)

Da inversão do ônus da prova

A agravante pretende rediscutir questão analisada no Tribunal de origem a respeito do ônus da prova. Extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fl. 39):

[...] ressalta-se que é direito do consumidor a inversão do ônus da prova desde que observados os requisitos elencados no art. 6º, inc. VIII, do CDC, quais sejam: a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

A inversão do ônus da prova zela pelo princípio da igualdade e garante a efetividade dos direitos do indivíduo e da coletividade, tendo por finalidade a facilitação dos direitos do consumidor e a garantia do equilíbrio da relação de consumo frente à vulnerabilidade deste último, cabendo ao magistrado analisar a matéria controvertida e verificar se, de fato, estão presentes as condições que autorizam a inversão em tela, quais sejam: a verossimilhança das alegações do consumidor ou sua hipossuficiência técnica.

Nesse diapasão, verifica-se a presença dos requisitos autorizadores da inversão do ônus da prova tendo em vista a verossimilhança quanto ao atropelamento da Sra. Raquel Maria Silva causado por composição da ora Agravante, nos termos narrados na inicial da Ação Indenizatória (índice 000003 do proc. nº 0049570-54.2017.8.19.0001) que exsurge da dinâmica do fato consignada no Registro de Ocorrência nº 035-17833/2015 e do termo de declaração prestado pelo policial militar acionado para verificar o referido acidente (índice 000018, fls. 25/26 – do proc. nº 0049570-54.2017.8.19.0001).

De outra banda, a inversão do ônus da prova não está subordinada apenas à hipossuficiência financeira ou econômica, devendo-se levar em conta o conceito de hipossuficiência técnica, em sentido amplo, que se traduz na real possibilidade de se produzir e no de acesso da parte à prova.

Justifica-se a inversão do ônus da prova, na espécie, pois configurada a hipossuficiência técnica dos ora Agravados, que se encontram em nítida posição de inferioridade em relação à ora Agravante que, por exemplo, reúne melhores condições de acesso a documentos e dados técnicos de segurança da linha férrea em que o atropelamento em questão ocorreu, bem como outros dados técnicos que importem ao deslinde da demanda.

A discussão em torno da correta distribuição do ônus da prova demanda o

reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável em recurso especial, diante da vedação da Súmula n. 7 do STJ. Nessa linha de entendimento:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. No que respeita à afronta aos arts. 4º, III, 6º, II e III, VI e 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, incide, na espécie, verbete sumular 211 do STJ, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

1.1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. Revisar as conclusões acerca do preenchimento dos requisitos necessários à inversão do ônus da prova, demanda o revolvimento de fatos e provas, providência obstada pela Súmula 7/STJ.

3. Não comprovação do dissenso pretoriano, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/15, e art. 255, § 1º, do RISTJ. Ausência de confronto analítico entre os julgados e inexistência de similitude fática entre os acórdãos confrontados.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.357.875/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 19/2/2019.)

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intuem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator